CORREIO POPULAR
Publicado em 04/12/2024 - 05:53

Campinas tem 140 mil pessoas vivendo em favelas, 7,5 mil a menos que em 2010

Fotos: Alessandro Torres

Na região do Parque Oziel, outrora considerada a maior ocupação urbana da América Latina, moradores lutam desde 1997 para a regularização de suas casas, construção de ruas e o acesso a direitos básicos que ainda não foram totalmente garantidos, como educação, transporte, lazer e saneamento básico

IBGE

Campinas tem 140,7 mil pessoas vivendo em favelas, 12,35% da população

Dado do Censo 2022 coloca o município entre as 20 cidades com mais moradores em comunidades urbanas

Bruno Luporini
bruno.luporini@rac.com.br

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o recorte sobre o número da população vivendo em favelas e comunidades urbanas, de acordo com os dados coletados no Censo de 2022. Campinas aparece como a 19ª cidade no país com mais moradores em favelas e comunidades urbanas. São 140.784 habitantes em 118 favelas, o que equivale a 12,35% da população estimada em 1.139.047 pessoas. O Censo sobre as favelas e comunidades urbanas é um projeto inédito entre o IBGE, a Central Única das Favelas (CUFA) e o Data Favela, representando um marco para o reconhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esses territórios. A reportagem do **Correio Popular** percorreu as ruas do Parque Oziel, que já foi considerada a maior ocupação urbana da América Latina. Desde 1997 os moradores lutam para a regularização de suas casas, construção de ruas e acesso à educação, transporte, saneamento básico, esporte, lazer e outros direitos básicos que, mesmo 27 anos depois da ocupação, ainda não estão garantidos.

Favelas da cidade tinham 148 mil moradores em 2010

Elaine Silva de Oliveira, moradora do Parque Oziel há 24 anos, contou que o processo de regularização e posse é a ação mais esperada pela comunidade. "Temos somente o termo de uso", contou. Ela enfatizou que gostaria que o bairro tivesse saneamento básico e mais opções de saúde e lazer, especialmente nas novas ocupações, como a da Matinha. "Com as chuvas, o perigo de deslizamento e inundações são constantes. Temos de tomar cuidado também com pragas, como os escorpiões", acrescentou. Ela recebe o Bolsa Família, o que ajuda na composição da renda de sua casa. Elaine trabalha voluntariamente como vice-presidente da Associação dos Moradores do Oziel e Gleba B. "Meu maior sonho é ter a certeza de que o bairro será regularizado."

A Associação dos Moradores voltou a funcionar como um instrumento da população com o objetivo de promover ações que beneficiem a população da região. São dezenas de milhares de pessoas na região. "Os números podem variar por conta das novas ocupações, pois ainda não houve um mapeamento oficial de todas as famílias residentes desses locais", complementou. As ações da comunidade são essenciais para a melhoria das condições de vida. "Precisamos da instalação de um ecoponto para que o problema do lixo acumulado seja resolvido. Também estamos tentando trazer ações de cuidados odontológicos, contenção de barreiras com pneus, melhoria do saneamento básico e distribuição de alimentos para todo o complexo de moradores."

A ação para a regularização e emissão de escrituras para os moradores segue na justiça. "Nós pagamos um valor de direito de uso do solo, mas se a ação fosse concluída poderíamos ter as escrituras e o direito à propriedade garantido", completou. Kaliane dos Santos, moradora da Matinha há 9 anos, considerada pelos moradores do Oziel como a nova ocupação, disse que está no cadastro da Companhia de habitação Popular de Campinas (Cohab) para a regularização da posse de sua casa. Para o bairro, ela gostaria de mais opções de lazer, além da evolução nas questões estruturais, principalmente no período de chuvas. "A maior preocupação é com a água que invade a casa e com os insetos, baratas, ratos e escorpiões. Também tem o mau cheiro do córrego", reclamou.

O Córrego da Matinha se estende por toda a extensão da ocupação e apresenta forte odor, com acúmulo de lixo e esgoto não tratado. Kaliane trabalhava com festas infantis, mas no momento está parada. Ela sofreu uma fratura no pé e ainda se recupera da lesão. Para sobreviver com o marido, ela conta com o auxílio do Bolsa Família, venda de bolos e geladinhos e auxílio-moradia de R$ 605. "Com esse valor é possível alugar uma casa de apenas um quarto. Se o imóvel for em rua asfaltada e possuir mais cômodos, o valor ultrapassa R$ 1 mil. Por isso o meu maior sonho é ter uma moradia digna em um lugar melhor."

A presidente da CUFA Campinas, Michele Eugenio, afirmou que faltam políticas públicas de habitação mais efetivas, uma vez que o valor repassado às famílias aptas para receber o auxílio, cerca de R$ 600,00, não supre as necessidades dessas pessoas. "Então as famílias alugam barracos dentro da favela em busca de valores mais baratos de aluguel. O direito à moradia é constitucional, essas populações têm o direito à moradia digna", lembrou. Ela ponderou que as ações assistenciais e emergenciais são paliativas, "porque a fome não espera", e que o ideal seria um equilíbrio melhor na distribuição da riqueza gerada pelos impostos. "A favela também paga imposto e precisa ser contemplada com mais arborização, saneamento básico, asfalto e demais serviços públicos."

Prefeitura lembrou que houve redução do número de habitantes nas favelas desde 2010 e alegou que dados do Censo não incluem as recentes regularizações de núcleos urbanos promovidas pela Administração

PREFEITURA

De acordo com a Prefeitura Municipal de Campinas, comparando o Censo 2010 com o de 2022, houve uma redução de 148,2 mil para 140,7 mil o número de pessoas vivendo em favelas e comunidades urbanas. O percentual de pessoas nesta condição caiu de 13,8% para 12,35%. O poder municipal afirmou que os dados do Censo 2022 não incluem os avanços de Campinas, quando de 2021 até agora foram 52 núcleos urbanos regularizados, o que corresponde a 9.755 domicílios, englobando uma população de 40 mil pessoas.

"Ainda não foram incluídos os novos domicílios que deixaram de ser considerados irregulares, como é o caso das residências do loteamento Vila Vitória, que possui mais de 1 mil lotes e toda a infraestrutura essencial implantada", explicou Lucas Bonora, diretor de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação de Campinas.

COMUNIDADES

Após o Censo 2010, o IBGE organizou um grupo de estudos que culminou na nova denominação, definindo "Favelas e Comunidades Urbanas" como territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.

Segundo Roberto Luiz do Carmo, professor do Departamento de Demografia e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (Nepo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), embora tenha ocorrido melhorias em alguns contextos dentro da cidade, Campinas ainda continua com problemas significativos que precisam ser equacionados por políticas públicas eficazes. "A ocupação do espaço urbano precisa ser pensada a partir da perspectiva do 'direito à cidade', de maneira que todos possam ter acesso aos serviços de infraestrutura urbana, que estão diretamente associados à qualidade de vida."

Na atualidade as soluções políticas estão mais diversificadas, dependendo do contexto e da localização no território, mas a insegurança persiste em muitos territórios precarizados da cidade, com populações vulneráveis a riscos de diversas ordens, especialmente os ambientais.

Tudo isso se torna ainda mais preocupante no contexto das mudanças climáticas. Chuvas extremas, secas prolongadas e as catástrofes oriundas dessas situações representam enormes desafios para quem reside em habitações inadequadas.

BRASIL

Os dados do IBGE revelam que existem 12.348 favelas e comunidades urbanas no país. Ao todo, elas somam 16,4 milhões de pessoas, que equivale a 8,1% da população do país. Dentre as mais populosas estão a Rocinha, no Rio de Janeiro, com 72.021 moradores, seguida pela Sol Nascente, em Brasília, que possui 70.908 habitantes; Paraisópolis, em São Paulo, 58.527, e Cidade de Deus/Alfredo Nascimento, em Manaus, 55.821 moradores. Amazonas, 34,7%, Amapá, 24,4%, e Pará, 18,8%, são os Estados com as maiores porcentagens de sua população residindo nessa situação.

A maior parte das pessoas que vivem em favelas e comunidades se diz parda (56,8%). Na sequência, 26,6% dos residentes se declaram brancas, 16,1% pretas e 0,8% indígenas. A população que vive nas favelas é mais jovem, com idade média de 30 anos, cinco a menos que a média da população brasileira. Mulheres são maioria, 51,7%, enquanto 48,3% são homens.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2026.